



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1650560 - PR (2017/0018404-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

RECORRENTE : CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A

ADVOGADOS : ANTÔNIO JUSTINO FORCELLI - PR005297

ANDRÉ RICARDO FORCELLI E OUTRO(S) - PR027685

RECORRIDO : POLINORTE-INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME

RECORRIDO : DOUGLAS TOSHIO OKUNO

RECORRIDO : SERGIO HIROSHI OKUNO

ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE SCHIEFER - PR013088

DANILO SCHIEFER - PR036515

ARLINDO PEREIRA JUNIOR E OUTRO(S) - PR039787

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por **CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 233, e-STJ):

Agravo de instrumento. Ação de execução de título extrajudicial. Nota promissória. Prescrição intercorrente. Feito paralisado por período superior a três anos. Desídia do credor em diligenciar à garantia do juízo ou requerer suspensão. Prescrição intercorrente consumada. Processo extinto. Declaração de ofício. Transcorridos mais de cinco anos sem a manifestação da parte exequente para promover atos no sentido de dar seguimento ao processo executivo, em que não foi pedida a suspensão por ausência de bens penhoráveis, reconhece-se a prescrição intercorrente para extinguir o feito. Prescrição intercorrente reconhecida de ofício. Agravo de instrumento prejudicado..

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial, o Recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 165, 458, inciso II, 535, incisos I e II, 791, inciso III, 793, 525, inciso I, todos do Código de Processo Civil de 1973 e 206 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que é necessária a prévia intimação do credor para que seja reconhecida a prescrição intercorrente.

Contrarrazões às fls. 328/336 e-STJ, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 338/339, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **merece prosperar**.

1. Com efeito, o reconhecimento da prescrição intercorrente demanda que seja atendido o princípio do contraditório mediante a intimação do exequente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ORIENTAÇÃO FIRMADA NO IAC no REsp

1.604.412/SC. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR MAIS DE 14 (QUATORZE) ANOS. CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção desta Corte, em incidente de assunção de competência no julgamento do REsp 1.604.412/SC, decidiu que, nos processos submetidos ao CPC de 1973, a inércia do credor por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado enseja o reconhecimento da prescrição intercorrente, devendo apenas ser atendido o princípio do contraditório mediante a simples intimação do autor.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1243304/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO PARALISADO POR TEMPO SUPERIOR AO DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL VINDICADO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. CONTRADITÓRIO ATENDIDO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. MULTA.

- Exceção de pré-executividade.

- Conforme consolidado pela 2ª Seção do STJ no Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, incide a prescrição intercorrente, nos processos regidos pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.

- Hipótese em que, segundo as diretrizes firmadas pelo acórdão paradigma - ressaltado o posicionamento pessoal desta Relatora -, implementou-se o prazo da prescrição intercorrente, tendo sido atendido o princípio do contraditório mediante a intimação do exequente.

- Recurso manifestamente improcedente que enseja, na hipótese dos autos, a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/15.

- Agravo interno não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no REsp 1760716/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 10/05/2019)

Portanto, antes de declarar a prescrição intercorrente, o exequente deve ser intimado.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que seja observado o entendimento do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator